



MAGLEV-COBRA
Falta de investimento paralisa projeto inovador de mobilidade urbana desenvolvido na Coppe. Grupo de alunos faz campanha para ajudar a pesquisa

Página 8

CONSELHO UNIVERSITÁRIO ADIA VOTAÇÃO DO CALENDÁRIO ACADÊMICO

Página 3



A REFORMA QUE DEFORMA

A “Nova Administração Pública” proposta pelo governo Bolsonaro retrocede ao que havia de pior na organização do Estado brasileiro. Divulgado em ritmo de campanha sistemática contra o funcionalismo, o projeto desinforma e deforma o papel do servidor. Especialistas alertam que o fim da estabilidade para a maioria das carreiras vai estimular a submissão dos funcionários públicos aos interesses de quem estiver no poder, com aumento dos casos de corrupção. A reforma amplia as distorções, e, assinada pelo ministro Paulo Guedes, lança novas “granadas” nos bolsos dos atuais e futuros servidores, que perdem — ou ficam ameaçados de perder — mais direitos. AdUFRJ cobra reação unitária e nacional contra as medidas. **Páginas 2, 4 e 5**

EDITORIAL

O NOVO VELHO MINISTRO

DIRETORIA

O atual ministro da Educação andava tão calado que muitos já tinham até esquecido seu nome. Sumido das manchetes, pouco afeito à superexposição de seu antecessor, deixava a sensação de que não tinha mesmo ninguém por ali. Depois da experiência traumática do pior ministro da história, eis que uma declaração sua nos faz lembrar que ele está lá, e com compromissos idênticos.

Temos em marcha, patrocinado pelo desgoverno federal, um triplo ataque às universidades públicas do Brasil: as nomeações por interesse político dos reitores, a reforma administrativa e o corte de recursos orçamentários. Tudo isso posto, as últimas declarações do ocupante da cadeira ministerial iluminam o conjunto da obra: o MEC não deve ter nenhum papel a desempenhar sobre a desigualdade social, não é uma política correta incentivar pobres a entrarem na universidade, quem cuida da educação no Brasil são os estados e municípios. Embora cause estranheza por sua completa abstenção em torno dos mais graves problemas da educação nacional, temos ali coerência de sobra. Ele não está lá para enfrentar nenhum problema relevante. É um mero operador do projeto bolsonarista: destruir tudo isso que está aí.

Conforme avançam as propostas governamentais, vamos delimitando o quadro de modo mais completo: a reforma administrativa compromete muito mais do que a nossa estabilidade de servidor público. Ela abre a porteira para uma multiplicidade de vínculos empregatícios e para a consolidação do uso ideológico da máquina estatal. Desprovida de seus mais altos objetivos republicanos, essa máquina será mera repro-

Temos em marcha, patrocinado pelo desgoverno federal, um triplo ataque às universidades públicas do Brasil: as nomeações por interesse político dos reitores, a reforma administrativa e o corte de recursos orçamentários

dução de privilégios e desigualdades. Os ganhos, ainda que pequenos, alcançados com a Constituição de 1988, estão sendo destruídos. Os privilégios e distorções serão poupados, como têm sido em todas essas reformas, principalmente as da previdência e a trabalhista. O discurso oficial se alimenta da desigualdade e do justo sentimento de que precisamos enfrentar os grandes salários, as vantagens excessivas e a ineficiência para apresentar mudanças que não só não resolvem esses problemas, como os acirra.

O que temos a esperar? Os atos de sempre, as campanhas, a mobilização. Mas também a confiança em nosso próprio trabalho e naquilo que produzimos. E principalmente, por aquilo que significamos para a sociedade. Tanto a reforma administrativa quanto os cortes orçamentários ainda não se consumaram. Há uma verdadeira batalha a ser travada no Congresso Nacional, não nos furtemos a ela.

Nos próximos dias, será realizado em Brasília o 9º Conad, Conselho Nacional das Associações de Docentes de todo o país. Serão marcadas as eleições para a renovação da diretoria do Andes-SN. Também será discutido um plano de lutas para dar respostas a esse quadro. Não esperamos que, num passe de mágica, possamos reverter o quadro de baixa mobilização e pouca adesão ao movimento docente nacional, mas podemos ousar propor um novo despertar, uma retomada vigorosa do que fomos nas décadas da redemocratização, quando a nossa entidade nacional tinha uma forte inserção nos grandes debates nacionais. Podemos ser mais do que temos sido, podemos ir além do que temos ido. Nossos votos são para que o Conad consiga encontrar o caminho justo e as melhores propostas. Que tenhamos a lucidez necessária para isso.

IMAGENS DA SEMANA

CAVALEIROS DO APOCALIPSE

■ Difícil eleger um campeão de barbaridades da semana. Os escândalos de corrupção levaram a Alerj a aprovar o início do processo de impedimento. Bolsonaro contou mentiras grotescas na Assembleia das Nações Unidas. Já o ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que gays são resultado de "famílias desajustadas".



CINEADUFRJ DEBATEU PRODUÇÕES INDEPENDENTES SOBRE AS CIDADES

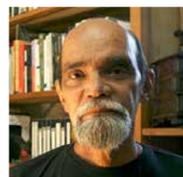
■ "Ligar uma câmera e mirar para sua quebrada ainda é algo impressionante," declarou o cineasta Lincoln Péricles na última sessão do CineAdufrj, no dia 23. A segunda sessão do tema 'Direito à Cidade' levou ao debate dois trabalhos de Lincoln: 'Aluguel - o Filme', de 2015 e 'Filme de Domingo', de 2020.

O cineasta não se incomoda que seus filmes estejam disponíveis online e sem custo. "Se tem uma coisa que a pequena burguesia faz, é compartilhar processos, e entre nós precisamos fazer isso também. É organização", afirmou. Lincoln explicou que também possui planos de circular o 'Filme de Domingo', lançado este ano, entre coletivos e pessoas que fazem cinema nas periferias. "Estamos vivendo um momento, graças a algumas políticas públicas, de ocupar novos espaços", lembrou. "Acredito que o cinema serve para reafirmar isso, comunicar de alguma forma para os nossos que é possível".

O professor Bernardo Oliveira, da Faculdade de Educação, lembrou que hoje em dia, devido à pandemia, as salas de cinema estão fechadas e o streaming virou a grande maneira de assistir filmes. "Quando se fala em produção comercial, ela tem um público-alvo. Como fazer para impulsionar essas produções independentes, para a coisa não só se tornar visível como uma atitude política, mas para você também ter o seu retorno?", questionou. Lincoln respondeu de imediato. "Se a Netflix me desse R\$ 2 mil para passar meu curta, eu aceitaria. Mas não é meu objetivo. Não faço filme para playboy", afirmou.

Previsto como um dos palestrantes, o cineasta Adirley Queiroz, que produziu e dirigiu o filme "A cidade é uma só?", de 2011, teve problemas técnicos e não conseguiu participar do evento. (Liz Mota Almeida)

OBITUÁRIO | LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA UM GRANDE QUE SE VAI



■ A Adufrj manifesta pesar pela irreparável perda do professor Luiz Antonio Machado da Silva, aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências

Sociais. Ele faleceu no dia 21 de setembro, vítima da Covid-19. Um dos pioneiros na área de sociologia urbana no país, Machado escreveu importantes obras como "A política na favela" e "Sobre uma sociabilidade violenta". Foram nove livros publicados e participação em outros 45 livros, além de diversos artigos em periódicos. Vai fazer falta.

Consuni adia votação do calendário acadêmico

> Bancada estudantil pediu vistas ao processo enviado pelo Conselho de Ensino de Graduação. Discussão está suspensa até, pelo menos, a próxima sessão do colegiado

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Uma das pautas do Conselho Universitário do dia 24 era o calendário para os semestres regulares da UFRJ. O relatório da Comissão de Ensino e Títulos foi favorável às datas definidas, no dia 9, pelo Conselho de Ensino de Graduação. Assim, a CET sugeriu a aprovação das 12 semanas letivas de 2020.1, 2020.2 e 2021.1, com duas semanas de recesso entre os períodos. A bancada estudantil, contrária à proposta, pediu vistas ao processo e suspendeu a discussão do calendário pelo menos até a próxima sessão do colegiado. A previsão é que o Consuni volte a se reunir somente no dia 8 de outubro.

A professora Eleonora Ziller, presidente da Adufrj, defendeu que houvesse extensão de uma semana no recesso entre semestres letivos. "Solicitamos que o nosso colegiado máximo considere um ajuste no calendário que foi aprovado pelo CEG, e inclua uma semana a mais no recesso entre 2020.1 e 2020.2, que passaria a ser de 7 a 28 de março, fazendo com que o período letivo de 2020.2 seja de 29 de março a 19 de junho, gerando assim uma pequena modificação na data para o início de 2021.1, que passaria a ser o dia 5 de julho", diz trecho do recurso encaminhado ao Consuni e que acompanhou parecer sobre férias dos docentes, elaborado pela assessoria jurídica da Adufrj. Leia abaixo a íntegra do recurso.

Eleonora reconheceu a dificuldade da discussão, mas afirmou que o pleito é legítimo.

CALENÁRIO DO CEG

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/8 a 16/11	12 semanas
Recesso	17/11 a 29/11	13 dias
2020.1	30/11/2020 a 06/03/2021	12 semanas
Recesso	07 a 21/03/2021	15 dias
2020.2	22/03 a 12/06/2021	12 semanas
Recesso	13 a 27/06/2021	15 dias
2021.1	a partir de 28/06/2021	---

PROPOSTA DA ADUFRJ

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/8 a 16/11	12 semanas
Recesso	17/11 a 29/11	13 dias
2020.1	30/11/2020 a 06/03/2021	12 semanas
Recesso	07 a 28/03/2021	21 dias
2020.2	29/03 a 19/06/2021	12 semanas
Recesso	21/06 a 04/07/2021	14 dias
2021.1	A partir de 05/07/2021	----

PROPOSTA DOS TÉCNICOS

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/8 a 16/11	12 semanas
Recesso	17/11 a 28/11	12 dias
2020.1	29/11/2020 a 26/03/2021	14 semanas
Recesso	27/03 a 17/04/2021	3 semanas
2020.2	18/04 a 26/07/2021	14 semanas
Recesso	27/07 a 15/08/2021	3 semanas
2021.1	16/08 a dezembro	-----

"Há uma parte importante dos nossos professores que solicita um espaço maior de intervalo. Pedimos que seja incluída pelo menos mais uma semana de recesso para que possamos ter um tempo maior de preparação entre os períodos, para fazer todos os ajustes necessários e também que nos possibilite alguma margem para tirar, mesmo que de forma parcelada, nossas férias", justificou.

A bancada técnico-administrativa apresentou um calendário alternativo ao do CEG. A proposta é que 2020.1 seja realizado de 29 de novembro a 26 de março de 2021; 2020.2, de 18 de abril

a 23 de julho; e 2021.1, de 16 de agosto até dezembro. "Nossa proposta, conversada com muitos técnicos e também com os estudantes, é a possibilidade de trabalhar com período de 14 semanas, com intervalos de três semanas entre os períodos", informou Roberto Gambine.

Mas a proposta não agradou a todos. "O CEG tem todas as representações. O colegiado analisou exaustivamente este tema, discutiu profundamente e encontrou a solução possível, que minimiza danos, que leva em conta todo tipo de problema", rebateu o professor Nelson Braga, Titular do Instituto de Fi-

sica. "Não faz sentido adiar esta decisão, não faz sentido mudar uma decisão tomada com tanto cuidado e seriedade".

"Precisamos lembrar das datas do SiSU e outras questões administrativas que são importantes para a nossa universidade", complementou a professora Cássia Turci, decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. "Estamos tentando fazer o que é possível neste momento", afirmou.

O professor Sérgio Jorás, representante do CCMN, pediu atenção aos critérios que serão definidos em relação, principalmente, a 2020.1. "Alunos que não

conseguiram vaga em alguma disciplina no PLE podem ficar prejudicados. Acredito que seja importante dar prioridade a formandos que não puderam exercer o PLE, já que o período é opcional", destacou. "É preciso discutir essas questões para não gerarmos deformidades nos próximos períodos".

Representando o Sintufrj, Damires dos Santos expressou a "angústia dos técnicos" que atuam nas coordenações de unidade e de curso. "Duas semanas é muito pouco tempo para a realização do nosso trabalho entre os semestres letivos, além de não levar em conta a sobrecarga de trabalho ao longo de todos esses meses. Gostaríamos que fosse garantida uma extensão do recesso entre os semestres, mas sem sobreposição de períodos".

Para Julia Vilhena, representante estudantil, o PLE precisa ser avaliado antes de definir calendário e regras dos períodos regulares. "Abrimos uma ouvidoria do DCE, que tem recebido muitas reclamações. Precisamos pensar soluções aos problemas do PLE e garantir que não sejam repetidos".

Decano do Centro de Tecnologia, o professor Walter Suemitsu saiu em defesa dos estudantes. "Vários ex-alunos me escreveram relatando as dificuldades com o PLE. Há muitas disciplinas que não conseguem ser adaptadas, se não tiverem 15 semanas, e isso acaba sobrecarregando os estudantes e, inclusive, gerando questões de saúde mental. Então sugiro que os professores possam avaliar junto aos seus alunos como está sendo o PLE. Se fizermos um novo período sem avaliar o que foi o PLE, eu acho que tendemos a propagar erros".

RECURSO AO CONSUNI FOI ENVIADO À REITORIA

A Adufrj está acompanhando com vivo interesse todo o processo no qual a UFRJ vem se debruçando nas últimas semanas para a definição de um novo calendário acadêmico.

Não é uma discussão simples, pois envolve um alto grau de heterogeneidade entre as diversas unidades e seus centros, espalhadas em tantos campi e com tantas experiências diferentes. O notável esforço da equipe da PR1 em construir uma proposta que atenda a esse conjunto tão diversificado, e ao mesmo tempo dê as respostas urgentes que o presente nos exige, fez com que várias propostas fossem

apresentadas e posteriormente modificadas. A universidade as discutiu intensamente. Não pretendemos reabrir toda essa discussão, nem temos uma proposta que a ela se sobreponha. Entretanto, solicitamos ao nosso serviço jurídico um parecer (disponível em nosso site) sobre a questão das férias dos professores durante esse período, questão esta que vem afligindo uma parcela importante da nossa categoria. Tendo em vista a experiência que já acumulamos com os calendários de reposição das aulas após períodos de greve, nos foi recomendada a manutenção de um espaço

mínimo de três semanas entre os semestres letivos, de forma a garantir um pouco mais de tempo para a preparação das aulas e um descanso mínimo entre os semestres, tendência essa também manifestada em consulta realizada em assembleia. Entendemos que a simples introdução de mais uma semana entre todos os semestres desfigura a proposta votada pelo CEG, retardando em praticamente um mês o início do ano letivo de 2021. Entretanto, não podemos desconsiderar a legitimidade da reivindicação, uma vez que a universidade vem mantendo um alto nível de ativi-

dades, sejam elas nas áreas de pesquisa, extensão e mesmo de ensino, pois nesses meses em que as atividades presenciais da graduação foram suspensas, as orientações de TCCs e grupos de estudos de iniciação científica, além de todas as atividades de ensino que envolvem a pós-graduação, permaneceram em pleno funcionamento.

Nesse sentido, solicitamos que o nosso colegiado máximo considere um ajuste no calendário que foi aprovado pelo CEG, e inclua uma semana a mais no recesso entre 2020.1 e 2020.2, que passaria a ser de 7 a 28 de março, fazendo com que o período letivo de 2020.2 seja de 29 de março a 19 de junho, gerando assim uma pequena modificação na data para o início de 2021.1,

que passaria a ser dia 5 de julho. Reiteramos que encaminhamos este recurso ao CONSUNI porque ao fazê-lo ao CEG, assim fomos orientados, uma vez que a nossa reivindicação não era de caráter estritamente acadêmica e portanto não poderia ser apreciada por aquele colegiado. Sendo portanto matéria que não foi examinada anteriormente, consideramos não ser esta uma revisão de decisão já tomada, mas um ajuste importante, que com certeza contribuirá para a melhor realização de nossas atividades acadêmicas, nos prevenindo de situações litigiosas e tensões desnecessárias. Certa de contar com seu empenho e alto compromisso democrático, agradeço a disponibilidade e a atenção.

A REFORMA QUE DEFORMA O SERVIDOR

KELVIN MELO e KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Mal elaborada, baseada em dados falsos e vai piorar o serviço público. É desta forma que professores e pesquisadores avaliam a reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro e recheada de ataques aos direitos de servidores federais, estaduais e municipais.

Não para todos, é verdade. De antemão, a reforma administrativa do governo Bolsonaro exclui militares, magistrados, procuradores, promotores e parlamentares. “Existem algumas distorções no serviço público. Mas esta reforma amplia as distorções. Atinge setores que ganham pouco e preserva setores que ganham muito”, afirma o professor e diretor da AdUFRJ Felipe Rosa. “Bolsonaro isentou quem vai aprovar a reforma, que são os parlamentares, e quem vai julgar a reforma, que são os juizes”, completa.

Produzido pelo IPEA, o Atlas do Estado Brasileiro mais recente comprova o argumento. No Executivo Federal, a média salarial de 2017 não alcançava R\$ 3,9 mil; o que equivale a 65% do ganho médio do Legislativo, de R\$ 6 mil; que é metade da média no Judiciário, de R\$ 12 mil. E a reforma tira da mesa justamente a elite da elite. Para os demais funcionários públicos, incluídos os do Judiciário e do Legislativo, a dureza da lei: contratações precárias e desconstitucionalização de direitos.

Mas a “nova administração pública” também terá uma camada um pouco mais protegida. A reforma vai considerar como estáveis apenas os servidores dos chamados cargos típicos de Estado. O texto da PEC 32 não diz quais, mas a especulação é que um reduzido grupo, como auditores, policiais federais e funcionários do Banco Central, por exemplo, seja enquadrado nesta categoria.

A mudança representaria um erro grave para a organização do Estado, segundo Ana Luísa Palmisciano, assessora jurídica da AdUFRJ. “A estabilidade é uma forma de proteger o servidor em relação aos interesses



CAMPANHA DA ADUFRJ alerta para os perigos da reforma administrativa do governo federal



Existem algumas distorções no serviço público. Mas esta reforma amplia as distorções. Atinge setores que ganham pouco e preserva setores que ganham muito.”

FELIPE ROSA
Vice-presidente da AdUFRJ

das gestões federal, estaduais ou municipais. Que não é benéfica só para ele, mas para toda a coletividade. Ele poderá exercer aquela função com independência”, defende. “Ainda não sabemos quais serão as carreiras típicas de Estado. Não há garantia de que os docentes serão incluídos”.

E, diferentemente do que argumenta o governo para justificar o fim da estabilidade, não é difícil desligar maus servidores do serviço público. As demissões podem ocorrer por sentença judicial transitada em julgado, por processo administrativo disciplinar ou por avaliação de desempenho. “A lei nº 8.112, do Regime Jurídico Único, estabelece as penalidades. Entre elas, a demissão”, diz Ana Luísa.

A proposta cria outros regimes de contratação de servidores. E o “vínculo de experiência” surge como uma etapa do concurso público, que será de dois anos para os cargos típicos de Estado e de um ano para os cargos “por prazo indeterminado” — aqueles que perdem a estabi-

Proposta apresentada pelo governo federal desmonta décadas de conquistas republicanas para o Estado brasileiro, acentua distorções e poupa maiores salários da administração pública. Professores e pesquisadores debatem o tema



MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Jorge Oliveira entregou no dia 3 a proposta de PEC da reforma administrativa ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

lidade. Se o servidor em “experiência” não atingir “desempenho satisfatório” e classificação final dentro do quantitativo previsto no edital, será desprezado. “Na prática, parece uma forma de administração pública utilizar estes servidores de uma forma precarizada”, avalia a advogada.

A perda de estabilidade conjugada com a disputa pelo cargo, ainda durante o “vínculo de experiência”, pode favorecer uma política de compadrio. “Principalmente nas localidades menores, em que o prefeito tem grande influência. Imagine um professor, num período desses de experiência. Ele terá realmente a liberdade de cátedra para falar sobre a administração do município? No estágio probatório atual, as pessoas já não se sentem confortáveis”, observa a assessora jurídica.

Pior. A reforma pode estimular a corrupção. “Os governos vêm e vão, passam. E o servidor de carreira está ali, garantindo o funcionamento do Estado. Se passar essa Emenda, o governante de plantão é que vai montar a turma dele”, explica Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida. “O Regime Jurídico Único está sendo destruído nessa PEC 32. As carreiras estão sendo destruídas. Então, o governante de plantão vai chamar a turma dele, e essa turma vai estar vinculada àquele governante, não ao funcionamento do Estado.



“A estabilidade é uma forma de proteger o servidor em relação aos interesses das gestões federal, estaduais ou municipais. Que não é benéfica só para ele, mas para toda a coletividade”.

ANA LUÍSA PALMISCIANO
Assessora jurídica da AdUFRJ



COMPARTILHE nas redes sociais os cards da campanha contra a reforma administrativa



“Essa reforma não está reformando. Está destruindo o Estado brasileiro. E o que é mais cruel: a propaganda que sustenta essa reforma diz que é para moralizar e modernizar o serviço público”.

NEUZA LUZIA
Coordenadora geral do Sintufrrj



QUEM SERÁ ATINGIDO PELA REFORMA:

Servidores federais, estaduais e municipais dos três Poderes

QUEM ESTÁ FORA: Parlamentares, magistrados, procuradores, promotores, militares

ESTABILIDADE apenas para carreiras típicas de Estado

CONCURSO PÚBLICO criado “vínculo de experiência” como etapa do concurso

NOVOS VÍNCULOS E CARGOS

- I. vínculo de experiência;
- II. vínculo por prazo determinado;
- III. cargo com vínculo por prazo indeterminado;
- IV. cargo típico de Estado; e
- V. cargo de liderança e assessoramento.

remuneratória e de benefícios ou progressões e promoções. “A retirada do direito se torna mais simples”, alerta a advogada.

Os dramas trabalhistas não se encerram por aí. O discurso governamental de que os direitos dos atuais servidores não serão afetados pela reforma administrativa não combina com um dos artigos da PEC que diz “exceto se houver alteração ou revogação da referida lei”, alerta Ana Luísa. A advogada dá como exemplo as férias de 45 dias dos professores, previstas na lei da carreira — a reforma quer impedir qualquer período de descanso superior a 30 dias no serviço público. Se a lei nº 12.772 for alterada neste dispositivo, todos serão prejudicados.

REAÇÃO DEVE SER UNITÁRIA

Coordenadora geral do Sintufrrj, Neuza Luzia é enfática: “Essa reforma não está reformando. Está destruindo o Estado brasileiro. E o que é mais cruel: a propaganda que sustenta essa reforma diz que é para mora-

lizar e modernizar o serviço público”, afirma.

Neuza chama atenção para o significado da convivência entre servidores de diferentes regimes, caso a reforma seja aprovada. “Não teremos mais um regime só. Isso é uma pulverização do Estado. Que, no limite, deixaria o servidor atual no limbo”, pondera. “O nosso desafio é fazer uma imensa campanha em defesa do Estado brasileiro”.

“Este governo dirigir uma reforma administrativa é muito preocupante. Pois Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e companhia limitada não estão nem aí para o serviço público”, diz Felipe Rosa. O momento pede união e o diretor da AdUFRJ entende que a articulação junto aos parlamentares via Observatório do Conhecimento — rede de associações docentes formada para defender a universidade pública — pode ajudar na disputa contra o governo. “O principal agora é se articular nacionalmente”, afirma.

PROPOSTA NÃO MELHORA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A reforma administrativa apresenta erros básicos de formulação, informa o presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Pedro Pontual.

A apresentação PowerPoint do ministério da Economia, no dia 3, diz que o objetivo da proposta é entregar serviços de qualidade para os cidadãos. Mas o diagnóstico é todo focado na parte fiscal. E, mesmo assim, sem nenhuma segurança. “Na exposição de motivos da PEC 32, o ministro Paulo Guedes escreveu e assinou que a PEC não possui impacto fiscal e orçamentário imediato. Diz que poderá, no futuro, reduzir os gastos”, observa Pedro. “Não existe nenhuma meta de melhoria da

qualidade do serviço público”. “Temos uma proposta que é uma ode à falta de planejamento. Que abre milhões de possibilidades para contratações temporárias. O que é contraditório com o argumento de que há um valor muito grande comprometido com folha de pagamento”, afirma.

Pedro enxerga um propósito bem distante de melhorar o serviço público na PEC. “O que se procura fazer com essa reforma é permitir que o servidor público seja demitido sem justa causa. Porque nunca houve vedação constitucional ou legal para demissão de servidor com justa causa”. Por outro lado, os atuais servidores ficam à deriva, em carreiras que serão extintas

DADOS MANIPULADOS

Governo afirma que ao longo de 12 anos, o gasto com pessoal cresceu: 145%

> Governo coloca como se a inflação tivesse sido zero durante esse período.

Há 12 anos, o gasto com pessoal representava: 4,54% do PIB

Em 2019, o gasto com pessoal representava: 4,34% do PIB

> Na verdade, com a atualização dos dados reais, o gasto com pessoal diminuiu

com o passar dos anos. “O artigo 2º nos coloca no quarto do entulho e ficamos lá até o último de nós morrer. Não estão claras as garantias que ficam para este grupo”. O especialista em gestão também criticou o trecho da PEC que permite ao chefe do Executivo “moldar” o Estado, por decreto, extinguindo cargos ou criando, fundindo e também eliminando ministérios e órgãos ligados à presidência.

“É bastante patrimonialista a compreensão de que as instituições de administração pública federal pertencem a um presidente e a ele devem se conformar. Não é assim que funciona”. Ele completa: “Nos EUA, em 2018, o Trump montou um grupo para estudar a fusão

de dois ministérios, e esse grupo ainda está trabalhando nisso. Aqui é na canetada”, critica.

Coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli acrescenta que dados são manipulados para justificar a proposta. Na apresentação da Economia, dia 3, foi mencionado um suposto crescimento de 145% no gasto com pessoal ao longo dos últimos doze anos. “Isso é uma informação falsa. O governo coloca como se a inflação tivesse sido zero durante esse período”, aponta. Com a atualização dos dados, o resultado é completamente diferente. “Há 12 anos, o gasto com pessoal representava 4,54% do PIB. Em 2019, foi 4,34% do PIB, ou seja, caiu”, afirma Maria Lucia.

Luiz Bevilacqua recebe título de Pesquisador Emérito do CNPq

PLANETA COPPE NOTÍCIAS
coppe.ufrj.br

O professor do Programa de Engenharia Civil da Coppe/UFRJ, Luiz Bevilacqua, recebeu dia 23 de setembro, o título de Pesquisador Emérito do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A honraria é concedida aos pesquisadores brasileiros, ou a estrangeiros radicados no Brasil há pelo menos dez anos, com conjunto das respectivas obras científico-tecnológicas e pelo renome desses pesquisadores junto à comunidade científica.

O título foi entregue durante a cerimônia virtual do Prêmio Almirante Álvaro Alberto para a Ciência e Tecnologia 2020, concedido pelo CNPq, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), com a Marinha do Brasil e com a Fundação Conrado Wessel.

Professor Emérito da UFRJ, desde 2008, Luiz Bevilacqua é engenheiro civil formado pela UFRJ, em 1959, e doutor em Mecânica Teórica e Aplicada pela Universidade de Stanford, em 1971. Fundador do Programa de Engenharia Civil da Coppe, Bevilacqua também fundou e coordenou o Programa de Engenharia Mecânica; foi reitor

da PUC-Rio; fundou e presidiu a Associação Brasileira de Ciências Mecânicas; foi presidente do Comitê de Engenharia da Capes; secretário-geral do Ministério de Ciência e Tecnologia; diretor científico da Faperj; fundador do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); diretor da Agência Espacial Brasileira; e fundador e reitor da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Europeia de Ciências e da Academia Internacional de Astronáutica, Luiz Bevilacqua nunca deixou de atuar nas áreas de educação e pesquisa, mesmo após ter se aposentado em 1998. Em 2003, assumiu a direção da Agência Espacial Brasileira, em 2006 tomou posse como reitor da UFABC, cargo no qual permaneceu até julho de 2008. Desde então, atua no Núcleo de Transferência de Tecnologia (NTT) do Programa de Engenharia Civil da Coppe.

DA INICIATIVA PRIVADA PARA A ACADEMIA

Na sala de Luiz Bevilacqua, no Programa de Engenharia Civil da Coppe, papéis e publicações lotam o armário e formam pilhas sobre uma cadeira e uma mesa auxiliar. São os guardados da longa carreira do professor emérito da Coppe. Uma jor-



BEVILACQUA: longa carreira é premiada

nada acadêmica que começou em 1966, quando ele deixou a iniciativa privada para se tornar professor. Sidney Santos, seu ex-professor e colega na PUC-Rio, sugeriu que fosse conversar com Alberto Luiz Coimbra.

O criador da Coppe planejava montar um curso de pós-graduação em Engenharia Civil. “Se você estiver disposto, pode começar o nosso programa”, disse-lhe Coimbra. Em 1967, deu início ao curso, ainda no prédio da Praia Vermelha. Pouco depois, ele se mudaria para o campus ainda em construção na Ilha do Fundão. Almoçava no botiquim conhecido como

Mosca Real e ainda não havia transporte público regular. “Um ônibus pegava os estudantes de manhã cedo e os levava à tarde, entre 16h30 e 17h. Uma kombi levava quem ficava depois.” Montar o Laboratório de Engenharia Civil foi, literalmente, uma conquista. “Na realidade, foi uma ocupação. Não tinha ninguém no espaço escolhido e fomos ocupando.”

Carioca da Gamboa, filho de modestos comerciantes de origem italiana, Bevilacqua fez o doutorado em Stanford, nos Estados Unidos, em Mecânica Teórica Aplicada. Aproveitou para estudar computação, com que já tinha tido algum contato na Coppe. “O primeiro computador da Coppe foi um IBM 1130. Uma das aplicações era em engenharia de estruturas, treliças. Hoje, seria ridículo”, lembra. “Mas era mais rápido do que as régua de cálculo.”

Um de seus feitos foi atrair para a instituição um grande nome da engenharia civil brasileira: Fernando Lobo Carneiro. Em 1968, Bevilacqua desejava cursar o doutorado. Para convencer Coimbra a liberá-lo, foi buscar em Carneiro, respeitado pesquisador do Instituto Nacional de Tecnologia, o novo chefe do Programa de Engenharia Civil. “Não foi fácil. Mas, depois que conheceu o Coimbra e a Coppe, ele ficou felicíssimo.”

Quando o diretor Alberto Coimbra saiu da Coppe, em 1973, Bevilacqua fez parte do grupo que a manteve funcionando. Muitos professores deixaram a instituição, temendo sua decadência. Em 1975, Bevilacqua foi indicado pelo Conselho Deliberativo para a direção da Coppe. Mas não foi nomeado. O reitor lhe disse que queria “observar o seu comportamento” primeiro. Não aceitou o argumento, pediu licença prêmio para trabalhar na Promon e, em seguida, se demitiu da UFRJ.

Retornou à Coppe em 1986, a convite do então diretor Luiz Pinguelli Rosa. Trabalhou no desenvolvimento de um robô submarino para a Petrobras, projeto que integrou equipes dos programas de Engenharia Elétrica, Mecânica e Naval. Depois de aposentado, em 1998, foi secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e dirigiu a Agência Espacial Brasileira. Em 2008, recebeu da UFRJ o título de professor emérito.

Fundador do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), foi também reitor da Universidade Federal do ABC. “Lá, tive a oportunidade de fazer uma nova universidade, como o Coimbra fez com a Coppe. Aprendi com ele que não se pode ficar preso a regras, do contrário não sai nada”.

DOCENTES MÃES E PAIS DE MACAÉ COBRAM EQUIDADE NA PANDEMIA

LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

Docentes mães e pais do Campus Macaé da UFRJ estão preocupados com a dupla jornada de dar aulas remotas e cuidar de crianças pequenas, no período da pandemia. O grupo reivindica, em uma carta (leia a íntegra abaixo) já assinada por mais de 70 professores — não só do campus —, uma política universitária “que nos acolha com equidade neste momento de distanciamento social e trabalho remoto”. Esta semana, a direção da AdUFRJ reuniu-se com representantes do grupo para ouvir as demandas e construir com eles uma estratégia política.

A carta foi criada depois que os professores participaram de uma pesquisa sobre o amparo à maternidade e à docência no período da pandemia, antes mesmo do começo do Período Letivo Excepcional (PLE). A pesquisa levou o grupo a procurar a Comissão de Saúde Mental da UFRJ Macaé. A partir dali, decidiram escrever o documen-

to, chamando atenção para as necessidades dos docentes que têm filhos pequenos e têm sua rotina de trabalho no confinamento prejudicada pela necessidade de cuidar das crianças. A carta foi lida em uma reunião do conselho deliberativo do campus Macaé. “Pais e mães que estão tendo que cuidar de filhos pequenos. As decisões sobre o PLE não consideraram essa sobrecarga de trabalho. Ser facultativo resolveu esse problema, mas não pode ser a solução”, disse a professora Gizele Martins, na reunião com a AdUFRJ. “A ideia da carta é que a gente consiga dialogar com instâncias administrativas da universidade”.

Para embasar o impacto que a parentalidade tem na produtividade docente, o grupo usou como referência a pesquisa do *Parent in Science*, iniciativa criada em 2016 que discute a maternidade dentro da Academia. Dentro da lógica de machismo estrutural da sociedade brasileira, as mães acabam ficando com a maior sobrecarga de trabalho por ter que cuidar dos filhos. A discussão na reunião foi importante para



ampliar este grupo, já que se construiu um consenso sobre a dupla jornada de quem tem um papel de cuidador dentro da sua família, sem perder de vista que serão as professoras as principais afetadas.

Mas a indisponibilidade para o trabalho remoto gera outra preocupação entre os docentes. “Esse período de pandemia vai ser longo. Precisamos considerar como serão feitas as avaliações de progressão de carreira e período probatório dos docentes”, alertou a professora Taís Almeida. “A universidade precisa ter uma alternativa para essas formas de avaliação”, disse a professora, considerando o

período de pandemia, em que a produtividade de todos os docentes foi prejudicada.

A direção da AdUFRJ, procurou apontar caminhos para cada uma das questões, ao lado do grupo. Para o professor Felipe Rosa, vice-presidente do sindicato, uma alternativa para os cuidadores é a formação de uma rede solidária, com a divisão de tarefas entre os professores. “Se houver racionalidade nessa questão de quem grava, quem aparece nas atividades síncronas, quem corrige provas e quem elabora as aulas, quase todos os problemas estariam resolvidos”, explicou. Nesse caso, é importante garantir que haja o

reconhecimento do trabalho de todos os envolvidos no planejamento de uma disciplina.

“É importante que haja algum tipo de normativa por parte da universidade, porque somos contabilizados pelas horas-aula. Tem que haver o entendimento de que essas atividades didáticas dizem respeito ao ensino”, observou Taís.

Para repensar a avaliação das progressões na carreira durante a pandemia, o diretor da AdUFRJ Pedro Lagerblad sugeriu que a pesquisa divulgada pelo *Parent in Science* em julho ofereça os parâmetros iniciais para uma proposta. “O resultado divulgado nos dá uma base quantitativa que pode ser usada para criar um fator de atenuação na produção científica”, disse.

O professor Felipe Rosa reafirmou a importância das questões trazidas pelo grupo de pais e mães na carta e na reunião. “De forma nenhuma, essa discussão se restringe a Macaé”, ponderou. “É isso que virar uma campanha que nós, como AdUFRJ, podemos fazer.” Felipe ainda observou que será importante construir uma articulação política para que a universidade, institucionalmente, assegure a proteção necessária aos docentes durante o período da pandemia.

A presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, reafirmou o compromisso de colocar o sindicato à disposição da luta do grupo. “Podemos fazer uma campanha junto aos órgãos dirigentes da UFRJ para que eles incorporem uma recomendação em relação à situação”, disse.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DISCUTIU VOTAÇÕES VIRTUAIS

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

A garantia das férias docentes e a manutenção de um intervalo mínimo de três semanas entre períodos letivos foi um dos temas debatidos no Conselho de Representantes da AdUFRJ da segunda-feira, 21, véspera da Assembleia Geral. O Conselho referendou o envio ao Consuni de recurso elaborado pela assessoria jurídica da AdUFRJ (leia mais na página 3). A proposta da entidade é de exten-

são do calendário, sem prejuízo de uma semana a menos de aula para discentes.

A metodologia para votações virtuais em assembleias, durante o período de pandemia foi outro tema de debate. A diretoria apresentou seis diretrizes para o planejamento das reuniões deliberativas remotas. A proposta levou em conta críticas e sugestões dos associados depois das duas primeiras experiências, em agosto.

“A ideia é que possamos ter um pacto mínimo para reali-

zação das votações”, explicou a professora Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ. “Nós adotamos um sistema de votação totalmente auditável, que permite o acompanhamento na tela online da votação e a checagem da urna desde o primeiro voto”, completou.

O regimento prevê convocação de assembleia virtual com o mínimo de 48 horas de antecedência — o que também ocorre para as reuniões presenciais. E divulgação do link para cadastramento e cédula de votação

com 24 horas de antecedência, manutenção do link ativo durante o horário estipulado pela convocação da assembleia e até o prazo final da votação, além de utilização de plataformas sempre compatíveis com a demanda de professores inscritos para participar da reunião. Outras votações relacionadas ao andamento da assembleia passam a ser consultadas por mecanismos simplificados de enquete nas plataformas digitais.

Angela Santi, professora da

Faculdade de Educação, considerou avanços democráticos para a categoria a redução do tempo de falas para os pontos e um prazo limite para o fim da reunião. Ela complementou, avaliando como “exaustivo” ter três horas para debate de um ponto ou sete horas de reunião. Outros professores, como Rodrigo Almeida (Instituto de Química), defenderam a abertura da formulação das cédulas durante a AG. “Qualquer docente deveria poder incluir propostas dentro da pauta definida”, disse.

PROFESSORES QUEREM ELEIÇÃO DO ANDES EM 2020

A última assembleia de professores da UFRJ, no dia 22, definiu a delegação para o próximo Conad. O conselho do Andes começa na próxima segunda-feira, 28, e será virtual. O vice-presidente AdUFRJ, Felipe Rosa será o delegado titular. Os dois suplentes são Fernanda Vieira (NEPP-DH) e Luis Acosta (Serviço Social)

Outra decisão da assembleia foi a indicação de que o Andes realize ainda em 2020 eleições virtuais para a diretoria que conduzirá a entidade pelos próximos dois anos. A tarefa do próximo Conad é atualizar o plano de lutas do Andes e aprovar as datas das eleições do sindicato. Duas chapas, uma de continuidade e outra

de oposição, disputam o pleito.

Os ataques do governo às universidades foram destacados pela diretoria da AdUFRJ como forma de inviabilizar a governabilidade das instituições. Já são 14 reitores interventores. Além disso, há o corte linear de 16% nos orçamentos das universidades e um corte de mesma proporção

no fomento à pesquisa.

A assembleia também discutiu as formas de deliberação das reuniões. O tema ocupou boa parte do encontro. As polêmicas se concentraram mais uma vez sobre a metodologia adotada nos últimos anos com a votação principal feita em urna e, no caso da assembleia virtual, com o link

de votação enviado a todos os sindicalizados e docentes que se cadastrarem. A diretoria irá avaliar o quadro, levando em conta tanto as críticas que foram apresentadas quanto as defesas feitas do método atual para seguir aprimorando e ampliando as formas de participação dos professores.

CARTA ABERTA AO CORPO SOCIAL DA UFRJ - CAMPUS MACAÉ

Somos um grupo de mães e pais da UFRJ – campus Macaé, composto por docentes de diversos cursos, e temos conversado sobre a ausência de uma política universitária que nos acolha com equidade neste momento de distanciamento social e trabalho remoto. Não identificamos nenhuma proposta oferecida pela administração superior da nossa Universidade para servidoras cuidadoras de crianças (que por questões sociais e culturais são comumente as mães) durante a pandemia.

Essa discussão foi possibilitada em uma reunião com a Comissão de Saúde Mental da UFRJ – Campus Macaé no dia 07/07/20. Nesta reunião, cujo tema foi “Ensino remoto: limites e possibilidades em relação a saúde mental”, a Comissão acolheu as nossas incertezas, dúvidas e apreensões como fonte legítima para o desencadeamento de maiores desequilíbrios da nossa saúde mental e, portanto, se propôs a levar adiante o nosso pleito.

Sendo assim, refletimos de maneira coletiva, sobre as condições de trabalho atualmente ofertada pela UFRJ, para momento de isolamento social pela pandemia da Covid-19. Temos consciência da necessidade

de novas modalidades de ensino e não nos opomos as variadas formas de adaptação que têm sido postas como solução para esse momento particular de pandemia. Contudo, estamos sendo tratados com igualdade de condições quando precisamos de equidade para conseguirmos nos manter produtivos, dentro do possível.

As conformações das casas e das famílias são diversas, de servidora docente com uma criança só, com mais de uma, com bebês. Docente que é mãe sozinha e provedora do lar, docentes que tiveram que aprender a ser professora do filho(s) em idade escolar que estão em “ensino remoto”. Casas pequenas em que é impossível fazer uma reunião sem interrupção, casas com escritório, muitas vezes ocupado pelo trabalho também remoto do cônjuge ou pelo próprio “ensino remoto” do(s) filho(s).

Parece redundante, mas precisamos lembrar que estamos em uma pandemia e cumprindo o isolamento social com crianças em casa. Sem escolas, sem rede de apoio e, para segurança de todos, ainda precisamos permanecer assim. Não é o momento de contratar pessoas, leia-se mulheres, para a função de babá, uma vez que há necessidade de manutenção do isolamento social. Quanto mais pessoas circulando, utilizando transporte público, maior risco de contaminação.

O fato é que durante a pandemia estamos desenvolvendo atividades de ensino, extensão, pesquisa, atividades administrativas, atendendo a diversas reuniões e com participação em eventos virtuais, o que já tem sido bem difícil de conciliar com as demandas domésticas e dos filhos. Precisamos destacar que adesão ao ensino remoto obrigatório pode levar a um número grande de servidoras contaminadas por COVID-19. Devido ao fato de ser impossível dar conta de todas as demandas, incluindo as domésticas, e dar aulas, sem um novo “arranjo doméstico” que inclua mais pessoas para as tarefas domésticas e cuidados das crianças. Tais questões precisam ser levadas em consideração para o plano de retorno às atividades da UFRJ. Listamos alguns pontos sugestivos para a proposição de uma política universitária que leveem consideração as necessidades dos servidores docentes no exercício de sua parentalidade, enquanto houver

a epidemia por COVID-19 no Brasil.

Gostaríamos que:

- 1- adesão ao ensino remoto continue sendo facultativa (para docentes) enquanto durar a epidemia por COVID-19 no Brasil;
- 2- que o plano de retorno as atividades presenciais seja feito com consulta aos docentes com filhos bebês e em idade escolar do Campus Macaé;
- 3- que os docentes com filhos tenham escolha preferencial em optar por ensino remoto ou híbrido, quando as atividades didáticas de graduação voltarem a ser obrigatórias;
- 4- que os dados coletados pelo Formulário: Acompanhamento dos efeitos da pandemia do Coronavírus – Campus Macaé, preenchido semanalmente pelos servidores, sirva como base para elaboração de uma política universitária equânime;
- 5- que possamos usufruir de flexibilização da carga horária, flexibilização das atividades sem que haja prejuízos salariais, de

plano de carreira e sem compensação futura, tendo como base a Lei 13.370 de 12/12/2016 alterou o § 3º do art. 98 da Lei 8.112/1990 e o Estatuto da Criança e do Adolescente;

6- que não haja sobrecarga ou danos aos demais docentes sem filhos e que possamos encontrar modalidades de apoio e suporte ao ensino de maneira coletiva;

7- que as avaliações de probatório e progressão, em médio e longo prazo, sejam feitas considerando o papel de cuidador (para todos os servidores que se aplicar), uma vez que já foi demonstrada a menor produtividade durante a pandemia e, ainda menor, pelas mulheres nesse período (pela pesquisa com ampla visibilidade internacional realizada pelo grupo brasileiro Parent in Science).

Sendo assim, gostaríamos que houvesse ampla discussão deste pleito com o corpo social do Campus Macaé e outras instâncias administrativas da UFRJ.

Atenciosamente, Grupo de Pais e Mães da UFRJ – Campus Macaé.

Assinatura de docentes que compõem o Grupo: 1. Ana Carolina Carvalho 2. André Bonavita 3. André Luiz de Souza Cruz 4. Bernardo Mattos Tavares 5. Carina Bulcão 6. Denise Oliveira Guimarães 7. Evandro Crizanto 8. Fábio Alves Leite da Silva 9. Fernanda Amorim de Moraes Nascimento Braga 10. Fernanda Sampaio Cavalcante 11. Fernanda Teles Moraes do Nascimento 12. Filipe Braga dos Santos 13. Gizele da Conceição Soares Martins 14. Gizele Duarte Garcia 15. Guiliana Franco Leal 16. Helene Nara Henriques Blanc 17. Ingrid Annes Pereira 18. Isis Vanessa Nazareth 19. Julia Peralt Gonçalves 20. Kenia da Silva Freitas 21. Larissa Escarce Bento Woliz 22. Lillian Bahia Oliveira 23. Milena Batista Carneiro 24. Mônica Gomes de Andrade 25. Priscila Vieira Pontes 26. Raquel Silva de Paiva 27. Renata Borba de Amorim Oliveira 28. Samantha Monteiro Martins 29. Taís Fontoura de Almeida 30. Tadeu Lessa da Costa 31. Tiago Costa Leite 32. Uliana Pontes Vieira 33. Valéria Nunes Belmonte 34. Glaucimara Gregório de Souza Soares 35. Leila Brito Bergold 36. Flávia Faria Lima 37. Laís Buriti de Barros 38. Bruna Tavares Uchoas dos Santos Xavier 39. Gláucia Alexandre Formozo 40. Ana Elisa Port Lourenço 41. Jane de Carlos Santana Capelli 42. Paula Debiasi 43. Juliana Barbosa Cardoso 44. Rodrigo de Siqueira Melo 45. Caroline Guilherme 46. Mariana Fernandes Brito de Oliveira 47. Bruna Pagliani Simionato 48. Analy Machado de Oliveira Leite

Assinaturas de docentes que compõem o Grupo de outras Unidades da UFRJ: 1. Rayane Cupollito Ferreira / IESC 2. Adriana de Araújo Pinho / Medicina e IESC 3. Felipe Kremer Ribeiro / DAC EEFD 4. Maria Inês Galvão Souza / DAC EEFD 5. Lígia Lousada Tourinho / DAC EEFD 6. Laís Bernardes Monteiro / DAC EEFD 7. Mabel Emilce Botelli / DAC EEFD 8. Eleonora Gabriel DAC EEFD 9. Lidia Costa Laranjeira / DAC EEFD 10. Leticia Pereira Teixeira / DAC EEFD 11. Patrícia Gomes Pereira DAC/EEFD 12. Maria Alice Cavalcanti Poppe / DAC EEFD 13. Ana Angélica Costa Neves da Rocha / Faculdade de Educação 14. Aline dos Santos Teixeira / DAC EEFD 15. Mariana de Rosa Trotta / DAC EEFD 16. Maria Aparecida Donato de Matos EEFD 17. Renato Mendonça Barreto da Silva / DAC EEFD 18. Alexandre Fernandes Correa 19. Anabelle Loivos Considera / Faculdade de Educação 20. Diva Lúcia Gautoiro Conde / Faculdade de Educação 21. Lívia Gimenes Dias da Fonseca / NEPP-DH 22. Laura Rebecca Murray / NEPP-DH 23. Rodrigo Volcan Almeida / IQ – Fundação 24. Danielle de Almeida Menezes / Faculdade de Educação – Praia Vermelha 25. Maria Celeste Simões Marques / NEPP-DH 26. Fernanda Maria Vieira / NEPP-DH 27. Mariana Trotta / FND 28. Claudia Lino Piccinini / Faculdade de Educação 29. Luciana Boiteux / FND 30. Cristina Miranda / CAP



PONTO FINAL PARA O

MAGLEV

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Um projeto de 20 anos, e que pode colocar o Brasil em uma posição de destaque mundial em soluções para a mobilidade urbana, foi paralisado este mês por falta de investimentos. O MagLev-Cobra, trem de levitação magnética desenvolvido pelo Laboratório de Aplicações de Supercondutores da Coppe, não vai mais funcionar no campus do Fundão da UFRJ. A linha, que liga os blocos CT 1 e CT 2, foi inaugurada em 2015, e era parte do trabalho de desenvolvimento da tecnologia que pode mudar o transporte público.

Segundo o coordenador do projeto, professor Richard Stephan, o que deixa de funcionar é o veículo que opera na linha. “Aquele veículo foi feito de maneira artesanal. O próximo passo, se quisermos andar para frente, é sair desse veículo artesanal para um industrial”, contou o professor. Essa é a próxima etapa do projeto, a criação de um modelo que possa ser reproduzido em escala industrial. O valor necessário para essa etapa, segundo o professor, é de R\$ 10 milhões.

“Estamos há cinco anos tentando dar esse passo e não conseguimos”, desabafou Richard. “Já pedimos ao BNDES e foi negado, à FINEP e foi negado, fizemos investidas com empresas e nenhuma foi avante”. Desde 2015, os pesquisadores vêm tentando captar os recursos necessários para iniciar a nova fase da pesquisa. A próxima etapa do planejamento é a sua conclusão. “Se conseguirmos os R\$ 10 milhões que estamos pleiteando, colocaremos naquela mesma linha de teste um veículo industrial padrão, autônomo, um equipamento pronto para ser vendido”. A UFRJ oferece para empresas interessadas em investir na pesquisa, como contrapar-

tida, uma parte da propriedade intelectual do MagLev-Cobra, com a garantia de que a universidade receba royalties sobre os lucros obtidos com a venda do produto.

Pronto, o MagLev-Cobra pode revolucionar o transporte urbano no Brasil. O modal não é um transporte de massa como o metrô, mas é mais barato. Na comparação com o VLT que opera no Rio de Janeiro, o Cobra tem os mesmos custos de implantação, de R\$ 40 milhões por quilômetro, mas com vantagens que otimizam o transporte de passageiros, como as linhas segregadas, que permitem que o veículo se mova em uma velocidade média de 50 km/h, contra uma velocidade média de 15 km/h do VLT. O MagLev também é mais silencioso e consome menos energia. “Estamos trabalhando em uma alternativa que tem os mesmos custos de implantação, mas é melhor e tem uma tecnologia nova, nacional e realmente disruptiva”, disse Richard.

Projeto inovador de mobilidade urbana foi paralisado por falta de investimentos

Atualmente apenas três países usam trens de levitação magnética: Coreia do Sul, China e Japão. O projeto desenvolvido pela UFRJ é inovador em relação à tecnologia que já é utilizada nestes países. “Nossa técnica de levitação é mais interessante. A diferença básica é que a nossa é estável, e a usada nesses outros MagLevs depende de sistemas de controle, de realimentação”, detalha o coordenador do projeto. “A tecnologia que desenvolvemos está sendo perseguida na Alemanha e na China, mas nós estamos na frente”.

A linha do MagLev-Cobra funcionava regularmente no Fundão desde 2016, e já transportou mais de 20 mil passageiros. A operação do veículo era uma atividade de extensão do curso de Engenharia Elétrica, e parou durante o período da pandemia. “Com a parada chegamos à reflexão que não fazia sentido o esforço de manter aquele veículo que volta e meia dá problemas porque não tem um padrão industrial”, explicou Stephan. “É um passo que deveríamos ter dado há mais tempo, mas faltou coragem”.

#SALVEMOMAGLEV

A notícia do fim do transporte por trilhos levou um grupo de alunos da Engenharia Elétrica a criar nas redes sociais a campanha #SalvemOMagLev. A iniciativa começou depois que um post de um aluno do segundo período viralizou no Twitter, onde ele explicava a importância do projeto. A partir daí a ideia foi encampada pelo grupo de alunos que organiza a Semana da Engenharia Elétrica da UFRJ. “Resolvemos publicar a respeito do MagLev porque é uma situação muito séria que estamos enfrentando”, contou Guilherme Vaccarollo, coordenador-geral do evento. “Não há uma divulgação muito boa da iniciativa. Vimos nas redes sociais informações falsas e descabidas sobre a tecnologia, para desqualificar o projeto”, explicou o estudante.

Além da divulgação, o grupo também está começando a entrar em contato com empresas que podem se interessar em investir na pesquisa. “É um produto que já está nas últimas fases, e tem um potencial muito grande”, defendeu Guilherme. “É frustrante ver um projeto que pode ajudar o Brasil a se tornar uma liderança em mobilidade urbana, parar por falta de recursos”, defendeu o estudante. Para o grupo, o MagLev-Cobra é importante para a universidade, e deve ser defendido. “É muito importante usarmos nossa visibilidade para ajudar o projeto”, disse.